

Descolonização dos Corpos & Queer Normativo

A mesa, que teve mediação da travesti, feminista e pesquisadora de teoria queer na Universidade Federal de Integração Luso-Afro Brasileira (Unilab) Helena Vieira, começou contextualizando, conceitualmente, os assuntos que seriam tratados nesse momento da conferência pelos convidados Jota Mombaça, Marissa Lobo, Sueli Felizziani e a Tatiana Nascimento. “Quando a gente pensa o corpo, ele está sempre associado a um discurso específico – de saúde, de desejo – que se constitui a partir de padrões brancos e eurocêntricos”, afirmou. “Corpos que exigem de outras corporalidades que elas se adequem”. Para Helena, “o corpo racializado, o corpo queer, o corpo da bicha, o corpo do travesti”, se veem frente de exigências por parte da sociedade que eles não são capazes de atingir, daí a importância em falar sobre a descolonização dos corpos. “Esse padrão não deve colonizar esse corpo e suas subjetividades. Nesse sentido, a gente tende a pensar o queer como um mecanismo de empoderamento, de fazer frente a essa normatização”.

A contribuição dx artista, performer e pesquisadxx Jota Mombaça – que se autointitula “brux* política” – centrou-se nas duas teorias criadas por elx quando se fala em “importação” do conceito queer para o Brasil: a caravela queer e o shopping queer. O primeiro deles, segundo Jota, dá conta de problematizar os termos nos quais o queer chega por aqui – e imagem das caravelas são uma referência explícita à colonização europeia. Seria o queer então mais uma forma de determinar nossos costumes a partir de um olhar estrangeiro? Para Jota, a resposta é um preocupante “sim”. “O queer chegar no Brasil há mais ou menos 15 anos, pela mão de pessoas acadêmicas, que descobriram isso porque sabiam ler inglês, descobriram essa nova erudição teórica, e acharam que a partir daí elas poderiam pensar aquelas corporalidades esquisitas que elas viam na rua”, colocou. “Dessa forma, o que acontece no Brasil é o contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde o queer surge como um movimento criado por pessoas que recuperam um termo pejorativo – queer em inglês é uma palavra como é “bicha” para nós – no intuito de politizar e construir uma resistência política, também na teoria e no saber. Aqui não. Aqui o queer chega como interpelação, que é um conceito que [*a filósofa americana, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo e do queer*] Judith Butler trabalha e que tem a ver com essa coisa de dar nomes, é a interpelação como ato de dar nome”.

Já a imagem do “shopping queer”, segundo Jota, fala do momento atual da história desse conceito já em terras brasileiras. “Quando essa teoria já foi suficientemente processada e já saiu da academia e ocupou outros ambientes – sejam eles políticos, ambientes de festa, da arte –, onde o queer tem virado uma moeda de troca interessante para algumas pessoas – porque, é preciso dizer, é chique a gente ser queer”, provocou. Ainda segundo Jota, a “tradução local” para o queer termina exclusiva de uma parcela da população que têm acesso ao que foi chamada de uma certa erudição. Ou seja, os queers brasileiros acabam sendo “invariavelmente” brancos, magros e bonitos segundo um padrão normativo. “Pessoas que têm dinheiro para comprar

roupas maravilhosas, que vivem nos centros simbólicos do país, como é São Paulo, e boa parte delas são cisgênero, o que é sintomático.

Já a coordenadora da área de cultura do Coletivo de Mulheres Migrantes, atuante na Áustria, Marissa Lobo, foi ainda mais fundo na questão levantada por Jota. “Existe uma negação também do queer como vocabulário não por não se querer ser parte do batismo queer, mas porque é importante pensar em outras nomenclaturas de existência política. O queer chegou para mim, na Europa [*Alemanha e Áustria, onde mora atualmente*] como um espaço muito branco, como um termo que não é parte da realidade dos imigrantes e refugiados”.

O pensamento crítico necessário, então, segundo Marissa, deve buscar conhecimento em “referências pré-coloniais”, ou seja, outras formas de pensar a existência da sexualidade e da identidade. “Quando a gente fala da nossa produção de conhecimento como minoria, como pessoas racializadas, negras, acho importante pensar a quem chega esse conhecimento, o que acontece com ele. São questões que a gente tem sempre que lembrar porque acho que é isso justamente que alimenta a ruptura do cânone eurocêntrico”. Também integrante do coletivo de queer negras Black Women Space, Marissa seguiu lembrando a narrativa de mulheres imigrantes protagonistas. “Sempre foi muito importante para nós criar espaços ligados a uma questão mais específica das mulheres negras e não normativas. Daí o surgimento do Black Women Space, para trazer essa questão específica de pessoas negras, e até para sair um pouco desse tema da migração – porque já comecei a perceber que esse tema nos leva a um rompimento com a questão da colonização, uma vez que as pessoas negras nunca “chegaram” de fato na Europa, elas nunca pertenceram àquele lugar. Para finalizar, a ativista lembrou como mesmo em cidades “superqueer” do Continente Europeu, a exemplo de Berlim, toda a abertura que se imagina existente contempla um público bastante específico. “Berlim é um lugar que comporta todas essas possibilidades, diversidades, diferenças, mas para quem é branco”, afirmou. “Então acho que existe uma glorificação muito grande da Europa – e de suas cidades ‘superabertas’. Daí, novamente, a importante de criar, resgatar e ativar espaços novos e que não sejam de desgaste político”.

Outra presença de destaque na mesa foi a da ativista bissexual e do feminismo negro Sueli Feliziani, co-criadora do projeto Bibliopreta – que fornece textos acadêmicos negros, resenhas e produções nacionais acadêmicas negras traduzidas. Com base em suas áreas de pesquisa, a convidada encerrou a rodada de falas no mesmo tom de criticidade e com viés racial – optando por se forçar no corpo das mulheres negras como vítima de um colonialismo econômico, territorial e ideológico. “O corpo da mulher negra é inteiramente perpassado por uma construção social feita a partir da perspectiva branca, que eu chamo de white gaze – que, de certa forma, usa os mesmos princípios do conceito de male gaze, criado pelo feminismo, à representação da mulher a partir do olhar fetichista masculino”, explicou. “Ou seja, a gente é construída historicamente para ser desempenhar uma função do sistema de reprodução, que abarca todo o serviço de cuidados. Nós somos fornecedoras de serviços sexuais e de cuidados. É para isso que as mulheres negras foram utilizadas em

todos os contextos coloniais no mundo, e é para isso que a gente é socializada”. Segundo Sueli, mesmo hoje – “quando a gente escapa do contexto escravista”, colocou – a mulher negra segue estereotipada pelo olhar colonial branco. “Somadas às figuras da mucama, da mulata e da empregada doméstica, temos a prostituta ou a artista. Mas é só o que as mulheres negras podem ser. Elas não podem ser intelectuais, por exemplo. As pessoas realmente acreditam que existe uma única narrativa para todas as mulheres negras. E a gente ainda não tem poder social, econômico nem territorial para construir novas narrativas”.